

Carta aos Vereadores e às Vereadoras do Município de Belo Horizonte

As comunidades Dandara e Camilo Torres vem hoje até esta Casa Legislativa submeter ao conhecimento de Vossas Senhorias o drama em que estão vivendo. Mais do que isso, viemos até aqui persistir na busca por uma solução pacífica do conflito urbano que envolve essas duas comunidades, ameaçando a vida e a dignidade de mais de 1200 (mil e duzentas) famílias ao todo.

De início, cumpre esclarecer que ambas comunidades nascem da ineficiência da atual política habitacional que é incapaz de conter o aumento da demanda reprimida das filas dos núcleos de moradia de Belo Horizonte, hoje superior a 15.000 (quinze mil) famílias cadastradas na Secretaria Municipal Adjunta de Habitação. Paralelamente, o Programa Lares Gerais do Governo Estadual (SEDRU) não atende à capital mineira que é justamente onde se concentra a maior parte do déficit de moradia.

Somado a isto, conforme a notícia amplamente veiculada pela mídia mineira, o programa federal Minha Casa Minha Vida, em Belo Horizonte, não contemplará a nenhuma das famílias com renda de zero a três salários mínimos em função do desinteresse das construtoras de produzir empreendimentos para essa faixa de renda e da inexistência de contrapartida do poder público.

Diante desse quadro, não restava às famílias das comunidades Dandara e Camilo outra alternativa senão tomar posse legitimamente das áreas onde vivem, no pleno exercício do direito de morar, confrontando, assim, o descumprimento da função social da propriedade.

Aliás, nossas reivindicações encontram total respaldo na legislação pátria, em especial, na Constituição da República e na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidades). Entretanto, o poder executivo municipal se nega a nos receber para debater uma solução que beneficie as famílias sem-casa e sem-terra, tratando mais esse conflito social como caso de polícia.

Ora, tal postura pode implicar na remoção forçada de milhares de pessoas, mediante uso de violência da força policial, com a destruição dos pertences das famílias, de suas casas, dos seus sonhos mais humildes e da esperança de construir uma cidade em que caibam todos e todas...

A situação impõe que esta Câmara Municipal assuma sua co-responsabilidade, em nome da democracia, em nome da não violência, em nome dos direitos fundamentais.

Atuamos desta maneira também movidos por uma constatação e uma vontade. A constatação é de que a cada dia a população sente-se mais distante da política, e isto é cada vez mais comprovado em pesquisas de opinião, que apontam repulsa popular a cada novo escândalo da vida pública do poder executivo ou envolvendo as casas legislativas em âmbito federal, estadual e até municipal. A vontade é de que os políticos na atribuição de seus mandatos iniciem uma guinada ao encontro do povo. E que seja o mais rápido possível, sob pena deste distanciamento tornar-se cisão irreparável.

No mais, reivindicamos nosso legítimo direito de nessa Casa permanecer até que Vossas Senhorias se dignem a discutir e colocar em pauta projeto de lei voltado à desapropriação das áreas em questão, consoante prescrito na lei, a fim de dar fim ao drama em que vivem as famílias dessas duas comunidades que tem como horizonte a construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

Atenciosamente,

Fórum de Moradia do Barreiro – Brigadas Populares – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Belo Horizonte, 15 de junho de 2009